

Outubro 2008





INAG
INSTITUTO DA ÁGUA

**PLANO DE ORDENAMENTO DA
ALBUFEIRA DO ROXO**

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO
DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Outubro de 2008

Documento elaborado pelo CEDRU, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano,
Lda.

DISCUSSÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ENQUADRAMENTO DO PLANO	5
2.1. Enquadramento Legal.....	5
2.2. Objectivos Gerais e Específicos	6
2.3. Faseamento.....	6
2.4. Elementos que integram o Plano	7
3. PARTICIPAÇÕES	8
3.1. Metodologia para análise das participações	8
3.2. Análise das participações	10
4. AVALIAÇÃO E PONDERAÇÃO	11
4.1. Pressupostos do Plano	11
4.2. Avaliação e ponderação das participações	12
5. ALTERAÇÕES AO PLANO	15
ANEXO 1 – PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA.....	17

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objectivo a apresentação dos resultados da ponderação da Discussão Pública do Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo (POAR, de acordo com o disposto no artigo 48º do Decreto-Lei n.º380/99 de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro).

O POAR esteve em Discussão Pública, entre 23 de Maio e 24 de Julho de 2007, período durante o qual, os documentos e elementos constituintes do Plano estiveram disponíveis para efeitos de consulta pública nos seguintes locais:

- a) INAG – Instituto da Água;
- b) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- c) Câmara Municipal de Beja;
- d) Câmara Municipal de Aljustrel;
- e) Junta de Freguesia de Santa Vitória;
- f) Junta de Freguesia de Ervidel.

Foi ainda possível a consulta do Plano através do site do Instituto da Água.

Durante o período da discussão pública realizou-se uma sessão pública de esclarecimento no dia 18 de Junho de 2007, nas instalações da Biblioteca Municipal de Beja, no âmbito da qual foi efectuada uma apresentação do POAR.

O presente relatório decorre de um trabalho conjunto do CEDRU/AIA, do qual se apresentam os seguintes resultados:

- Enquadramento do Plano (capítulo 2);
- Apresentação da metodologia seguida para a sistematização e análise das participações públicas recebidas (capítulo 3);
- Avaliação e ponderação das participações públicas (capítulo 4);
- Apresentação das alterações ao plano (capítulo 5);
- Apresentação das participações recebidas (anexo 1).

2. ENQUADRAMENTO DO PLANO

2.1. Enquadramento Legal

A Albufeira do Roxo encontra-se classificada como área protegida pelo Decreto-Lei n.º 2/88, de 20 de Janeiro. O POAR tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem adequar os planos municipais e inter-municipais de ordenamento do território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção. Este Plano foi mandado elaborar pelo Despacho Conjunto n.º 149/99 de 15 de Fevereiro, cujos trabalhos decorreram com o acompanhamento da Comissão Mista de Coordenação (CMC), na qual estiveram representadas as seguintes entidades:

- Instituto da Água;
- Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Instituto de Hidráulica Desenvolvimento Rural e Ambiente;
- Direcção Geral das Florestas;
- Câmara Municipal de Beja;
- Câmara Municipal de Aljustrel.

Os Planos de Ordenamento de Albufeiras, em consonância com a legislação em vigor, são considerados Planos Especiais de Ordenamento do Território e encontram-se enquadrados pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 502/71, de 18 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 2/88, de 20 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 3/2002, de 4 de Fevereiro;
- Decreto-Lei n.º 37/91, de 23 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

O Plano incide sobre o plano de água da Albufeira do Roxo e sobre a respectiva zona de protecção (até 500 metros do plano da água).

2.2. Objectivos Gerais e Específicos

O principal objectivo subjacente à elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo (POAR) consistiu na definição de condicionamentos, vocações e utilizações dominantes dos solos e do plano de água, e ainda de localização de infra-estruturas de apoio a esses usos. A este objectivo central acrescem, no entanto, vários objectivos específicos, em conformidade com o Caderno de Encargos, designadamente:

- Definir as regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento territorial;
- Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional;
- Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e/ou a serem criados, com a protecção e valorização ambiental e as finalidades primárias da albufeira (produção de energia, rega, abastecimento público);
- Identificar no plano de água áreas mais adequadas para a prática de actividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

2.3. Faseamento

A elaboração do POAR desenvolveu-se ao longo de quatro grandes fases, designadamente:

- 1ª Fase — Estudos de Base;
- 2ª Fase — Estudo Prévio de Ordenamento;
- 3ª Fase — Projecto do POAR;
- 4ª Fase — Discussão Pública.

A primeira fase dos trabalhos centra-se nos Estudos de Base com a finalidade de promover um conhecimento mais aprofundado da área em estudo, tendo-se privilegiado quatro domínios de análise, nomeadamente:

- O enquadramento territorial e legal;
- A caracterização biofísica;

- A caracterização demográfica, socio-económica e urbanística;
- A análise dos recursos paisagísticos.

Numa segunda fase, nomeada por Estudo Prévio de Ordenamento, apresentou-se uma síntese do diagnóstico dos Estudos de Base, uma proposta de Visão Estratégica para a Albufeira do Roxo, a Proposta de Ordenamento e o Esboço do Programa de Execução.

Finalmente, na terceira fase, denominada de Projecto do Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo, foram apresentadas a Visão Estratégica, a Proposta de Ordenamento e o Esboço do Programa de Execução revistos, em função dos comentários da CMC.

2.4. Elementos que integram o Plano

O Projecto de Plano é constituído por três documentos:

- O Relatório Síntese do estudo;
- O Regulamento que regulamenta as classes e categorias de espaço definidas no âmbito do POAR e identificadas na Planta de Condicionantes e na Planta de Síntese;
- O Programa de Execução, que constitui o documento onde é apresentada a estimativa de tempo e orçamental para a execução das intervenções definidas no POAR.

Para além destes documentos, o Plano contém ainda três elementos cartográficos fundamentais, todos incluídos no Relatório Síntese, designadamente:

- A Planta de Enquadramento, onde está representada a localização da área em estudo;
- A Planta de Condicionantes, onde estão identificadas as servidões e restrições de utilidade pública no território de intervenção do Plano;
- A Planta de Síntese que identifica na área de intervenção do Plano as classes e categorias de espaço em função da tipologia de uso predominante que lhe foi afecto no âmbito do POAR.

Actualmente os trabalhos encontram-se na quarta fase, findo o período de Discussão Pública, etapa em que se apresenta o presente documento, o Relatório de Ponderação. Neste momento procede-se à recolha de sugestões e observações do público em geral e de outras entidades, relativamente à

proposta do POAR, são ponderados os respectivos resultados daí decorrentes para que seja elaborada a Versão Final da Proposta do POAR.

3. PARTICIPAÇÕES

3.1. Metodologia para análise das participações

As participações recebidas no âmbito da discussão pública do POAR foram objecto de tratamento do seguinte modo:

- Leitura e análise de cada uma das participações;
- Identificação dos temas e espaços mencionados nas participações;
- Preenchimento da "Base de Dados de Ponderação da Discussão Pública", elaborada pelo INAG;
- Análise das participações, ponderação face aos objectivos estratégicos que presidiram à elaboração do Plano e resposta.

Assim, após a análise de cada uma das participações foram identificados os temas e espaços visados em cada participação por forma a serem incluídos na "Base de Dados de Ponderação da Discussão Pública". No quadro seguinte identificam-se os temas e espaços definidos.

Quadro 1 – Temas chave espaços identificados nas participações efectuadas

Tema	Espaço
Documentos apresentados na Discussão Pública	Zona terrestre de protecção
Actividades recreativas	Zona terrestre de protecção
Espaços turísticos	Zona terrestre de protecção
	Zona terrestre para além dos 500 metros
Qualidade da Água	Zona terrestre de protecção
Conservação da Natureza	Zona terrestre de protecção

Tema	Espaço
Património classificado	Zona terrestre de protecção
Edificabilidade e construção	Zona terrestre de protecção
Não especificado	Plano de Água

Posteriormente preencheu-se a base de dados, de acordo com os campos disponíveis, que incluem:

- **Número da participação** – campo numérico preenchido com o número que foi atribuído à participação;
- **Tipologia do reclamante** – campo preenchido escolhendo uma das opções da caixa de combinação. Por exemplo, a tipologia do reclamante pode ser Abaixo Assinado, Associações, Câmara Municipal, Particular Individual, etc.;
- **Nome e Morada** - campo preenchido com o nome e a morada do reclamante, respectivamente;
- **E-mail** – campo preenchido com o e-mail do reclamante;
- **Concelho/Localidade e Código Postal** – campos preenchidos com o Concelho, a Localidade e o Código Postal, respectivamente, do reclamante;
- **Telefone, Telemóvel e Fax** - campos preenchido com o Telefone, Telemóvel e Fax, respectivamente, do reclamante;
- **Espacial** – campo preenchido escolhendo uma das opções da caixa de combinação, que neste caso são:
 - zona terrestre de protecção;
 - zona terrestre para além dos 500 metros
 - Plano de Água;
- **Tema** - campo preenchido escolhendo uma das opções da caixa de combinação, que de acordo com o definido no **quadro 1** são:
 - Documentos apresentados na Discussão Pública;
 - Actividades recreativas,
 - Espaços turísticos,
 - Qualidade da Água;

- Conservação da Natureza;
 - Património classificado,
 - Edificabilidade e construção.
- **Considerado e não considerado** - campos preenchidos activando a caixa respectiva;
- **Porque** – campo preenchido escolhendo uma das opções da caixa de combinação, quando o tema seja indeferido ou não tenha sido objecto de ponderação. As opções definidas para esta caixa de combinação são as seguintes:
- As observações apresentadas não se enquadram nos pressupostos subjacentes à elaboração do Plano
 - Fora do contexto do Plano
 - Estão contempladas/erro na leitura dos documentos apresentados
 - Fora do âmbito deste Plano
 - Não concordante com as opções técnicas.
- **Reclamação** – campo preenchido tendo por base a reclamação apresentada, focando, resumidamente, os aspectos focados.
- **Comentário** – campo preenchido tendo por base a reclamação apresentada, comentando os aspectos focados no campo da reclamação;
- **Observações** – Campo preenchido caso exista alguma observação.

Os relatórios das participações devidamente preenchidos constam do **anexo 1**.

3.2. Análise das participações

Foi recebido um total de 9 participações, distribuídas do seguinte modo por tipologia do reclamante:

- 1 Junta de Freguesia
- 3 outros organismos
- 1 associação
- 2 participações individuais

➤ 2 particulares colectivos

Numa das participações individuais realizadas não foi colocada qualquer questão ou comentário.

Quadro 2 – Temas e espaços abrangidos pelas participações

Tema	Zona terrestre de protecção	Zona terrestre para além dos 500 metros	Plano de Água
Documentos apresentados na Discussão Pública	2		
Actividades recreativas	2		
Espaços turísticos	3	1	
Qualidade da Água	1		
Conservação da Natureza	1		
Património classificado	1		
Edificabilidade e construção	2		
Não especificado			1

Da observação do **Quadro 2** pode verificar-se que a maioria das participações incidem na classe **Espaços Turísticos** (4 participações). Com duas participações cada encontram-se os temas: **Documentos apresentados na Discussão Pública** e **Actividades recreativas**.

Os temas **Qualidade da água**, **Conservação da Natureza** e **Património Classificado** tiveram apenas uma participação.

Doze dos catorze temas referidos incidem no espaço **Zona Terrestre de Protecção**. Ainda quanto à componente espacial da participação, com uma participação apenas situam-se a **Zona Terrestre de Protecção para além dos 500 metros** e o **Plano de Água**.

4. AVALIAÇÃO E PONDERAÇÃO

4.1. Pressupostos do Plano

O desenvolvimento do Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo (POAR) surgiu essencialmente da conjugação de dois grandes factores, designadamente:

- A necessidade de proteger a Albufeira do Roxo, um recurso classificado como área protegida, implantada num território de elevados défices hídricos, assegurando-se o abastecimento público, em particular, para fins de consumo e de rega, potenciando assim o desenvolvimento social e económico das populações locais e da própria Região;
- Em virtude da crescente procura dos espelhos de água, enquanto espaços privilegiados para a implantação de unidades turísticas, considerou-se que esta poderá constituir uma forma de sustentabilidade para a Região, capaz de sustentar ou mesmo inverter de algum modo os processos de desestruturação demográfica e de desvitalização social e económica.

Assumindo-se que estes deverão constituir os dois grandes desígnios da Albufeira do Roxo, considera-se no entanto que a sua efectiva concretização, está dependente dos impactes que o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva venha a ter no incremento da disponibilidade de água na Região do Alentejo, assim como da gestão dos constrangimentos existentes e das próprias debilidades ecológicas da albufeira. Posto isto, considerou-se impreterível a definição de uma estratégia que salvaguarde o plano de água e a respectiva zona envolvente, fundamentando assim o desenvolvimento do Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo.

4.2. Avaliação e ponderação das participações

A maioria das participações recebidas no âmbito da discussão pública do Plano, constituem reclamações relacionadas com espaços turísticos, nomeadamente com as Zona de Equipamentos e Infra-estruturas Turísticas e Recreio de Edificação (ZEITR):

- Reclassificação de um espaço, já edificado, numa categoria diferente de Zona de Equipamentos e Infra-estruturas Turísticas e Recreio de Edificação.
- Solicitação de duas proprietárias para que o seu monte constasse da Planta de Síntese. Esta pretensão foi indeferida porque a propriedade citada fica fora da Zona de Protecção da Albufeira.
- Solicitação de alteração de terminologia empregue no Artigo 21º, especificando os termos alojamentos e termo equipamentos.
- Criação de uma nova Zona de Equipamentos e Infra-estruturas Turísticas e Recreio de Edificação, de modo a enquadrar um empreendimento turístico futuro, contudo este não se enquadra no modelo de ordenamento previsto e o número de camas previsto ultrapassa largamente a capacidade de carga para a Zona do Plano.

Relativamente às restantes participações, as questões colocadas incidem, sobretudo, sobre os documentos apresentados, actividades recreativas e edificabilidade e construção na zona do plano:

- Possibilidade da prática de banhos e natação, embora com restrições em função dos níveis médios anuais da qualidade da água, sugestão essa que foi indeferida (não considerada) uma vez que, de acordo com o ponto 2. do Artigo 6 do Regulamento, a interdição da prática de banhos e natação no Plano de Água decorre dos baixos níveis de qualidade da água apresentados pela albufeira do Roxo.
- Detecção de algumas imprecisões nos documentos do Plano, concretamente: 1. a planta de síntese apresentava de forma incorrecta a identificação da ZEITR 1 e ZEITR 2; 2. na cartografia, a visualização dos diferentes contornos em situação de sobreposição, apresentava uma leitura muito difícil. Estas questões foram consideradas, sendo que as imprecisões serão devidamente corrigidas e a expressão gráfica melhorada.
- Na temática da conservação da natureza, e considerando que serão criadas zonas com maior potencial ecológico, sugeriu-se que sejam acrescentados ao Artigo 16º dois pontos suplementares: um que permita nessas zonas acções de beneficiação do coberto vegetal, através da plantação de espécies ripícolas; outro que permita acções de enquadramento paisagístico destes espaços e reforce a sua autonomia ecológica. Este pedido foi diferido, tendo sido acrescentado um ponto 5 ao Artigo 16º.
- Sugestão que, para um melhor cumprimento das condicionantes na zona do Plano de Água, se procede-se a uma aproximação dos limites das áreas definidas a limites físicos concretos, de modo a permitir a sinalização e o correcto entendimento pelos utilizadores do Plano de Água. Os limites no quadrante noroeste foram redefinidos na Planta de Síntese, dando resposta a esta solicitação.
- Proposta de introdução do conceito “interníveis”, no qual deverão vigorar todas as restrições definidas para a zona de protecção da albufeira, acrescidas de mais algumas limitações (à actividade agrícola e pecuária, à mobilização do solo ou incorporação de biomassa vegetal, a resíduos perigosos, à alteração da orografia, à instalação de vedações ou quaisquer outras estruturas que ponham em perigo a qualidade da água ou a segurança dos utilizadores). Foi parcialmente diferida a solicitação, tendo sido criadas áreas interníveis com restrições idênticas à Zona de protecção da Albufeira, as restantes limitações afiguram-se de difícil concretização pelos utilizadores.
- Sugestão para integração de 27 novos sítios arqueológicos, que serão situados na Planta de Síntese e no Anexo 1.
- Nos artigos 22º e 24º, solicitaram alguns esclarecimentos quanto às edificações mencionadas, pelo que a redacção dos artigos foi alterada.

- Solicitação de que o POAR proponha uma solução para a Barragem da Malhada, licenciada em terrenos expropriados pelo Estado, no entanto, esta pretensão ultrapassa a natureza jurídica do POAR.

No **Quadro 3** pode ver-se uma síntese da ponderação efectuada, sendo discriminadas as razões porque foram indeferidas ou não ponderadas as reclamações/sugestões apresentadas.

Quadro 3 – Ponderação efectuada de acordo com os temas e sub-temas das participações

Tema	Zona terrestre de Protecção			Zona terrestre para além dos 500 metros	Plano de Água	Total
Documentos apresentados na Discussão Pública	1		1			2
Actividades recreativas	1		1			2
Espaços turísticos	1	1	1	1		4
Qualidade da Água	1					1
Conservação da Natureza	1					1
Património classificado	1					1
Edificabilidade e construção	1		1			2
Não especificado					1	1

	As observações apresentadas não se enquadram nos pressupostos subjacentes à elaboração do Plano
	Fora do contexto do Plano
	Estão contempladas/erro na leitura dos documentos apresentados
	Fora do âmbito deste Plano
	Não concordante com as opções técnicas.

5. ALTERAÇÕES AO PLANO

Tendo em consideração as participações recebidas no âmbito da discussão pública do POAR, assim como a ponderação efectuada, que teve em linha de conta os objectivos do Plano, foram definidas as seguintes alterações a introduzir nos elementos finais do Plano:

- Criação de um ponto 5 no Artigo 16º (actual Artigo 25º) do Regulamento do Plano com a seguinte redacção: "Nestas zonas são permitidas acções de beneficiação do coberto vegetal, através da plantação de espécies ripícolas, desde que devidamente licenciadas pelas entidades competentes."
- Foi revista a redacção do Artigo 4º do Regulamento do Plano sendo adicionada uma nova alínea d) respeitante à definição de área interníveis com a seguinte redacção: "«Áreas interníveis»—faixas do leito das albufeiras situadas entre o NPA e o nível do plano de água em determinado momento".
- Foi também revista a redacção do Artigo 6º (actual Artigo 12º) do Regulamento do Plano sendo adicionada um novo ponto 2 com a seguinte redacção: "Nas áreas interníveis aplicam-se as disposições definidas no presente Regulamento para a Zona de Protecção da Albufeira."
- No âmbito do ponto 1, do Artigo 21º (actual Artigo 31º) do Regulamento do Plano é substituída a terminologia "...onde se pretende que se concentrem as novas edificações, nomeadamente alojamentos..." por "...onde se pretende que se concentrem as novas edificações, nomeadamente habitações, empreendimentos turísticos e equipamentos de utilização colectiva."
- No âmbito Artigo 21º (actual Artigo 31º) do Regulamento do Plano é eliminado o Ponto 4, dado tratar-se de um equívoco.
- O ponto 1, do Artigo 24º (actual Artigo 34º) passa a ter a seguinte redacção: "A ZEITR 3 corresponde a zonas com aptidão para empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, nas modalidades de Turismo de habitação, Turismo Rural, Agroturismo e Casa de Campo, e integra os "Montes" identificados na Planta de Síntese.
- O ponto 2, do Artigo 24º (actual Artigo 34º) passa a ter a seguinte redacção: "As zonas integradas na ZEITR 3 poderão ser afectas à actividade de Turismo em Espaço Rural, sendo que cada unidade não pode exceder uma capacidade de 12 camas, num máximo de capacidade para a ZEITR 3 de 60 camas"
- Nas zonas de protecção média e protecção complementar passa a ser permitida a localização de infra-estruturas de apoio à actividade turística, desde que não envolva obras de construção.

- O Artigo 25º (actual Artigo 28º), referente à albufeira da barragem da Malhada, passa ter a seguinte redacção: “Nesta zona apenas são permitidos os usos decorrentes do título de utilização privativa dos recursos hídricos emitido pela entidade competente, nos termos da legislação em vigor”.

ANEXO 1 – PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA